

3º REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 65259.000312/2026-84

2. Descrição da necessidade

Atualmente, o 3º Regimento de Carros de Combate é gerenciador do registro de preços realizado para eventuais contratações de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, com o escopo de cumprir o dever estabelecido pelo Ordenador de Despesas. Como não há no GCALC da 5ª Bda C Bld, é imperiosa a realização de um novo procedimento licitatório para dar atendimento as eventuais demandas. A necessidade do registro de preços se ampara nas necessidades cotidianas comuns a todas as Organizações Militares. O seu não atendimento pode eventualmente acarretar em prejuízos, devido às reações em cadeia que a falta de correta instalação, manutenção e conservação em bens imóveis pode resultar. Os serviços de manutenção predial são marcadamente frequentes e até mesmo rotineiros, embora, normalmente imprevisíveis. Não há como prever com exatidão qual será a demanda de serviços e materiais correspondentes durante o ano de vigência do registro de preços, nem suas localidades de incidência e suas extensões. Por lógico, da mesma forma que pode ocorrer demanda por serviços em mais de uma oportunidade para um mesmo local durante um ano. Pensar o contrário, seria requerer da Administração um exercício de previsão futura totalmente desarrazoado, errôneo e impreciso. Tal premissa já fora utilizada nas contratações dos últimos 3 (três) anos e, até a presente data, tem caminhado simultaneamente às necessidades do órgão, ficando bem próximas do real. Para que haja eficiência e funcionalidade nas edificações, estas necessitam de manutenção constante e periódica, muitas vezes de maneira corretiva e em caráter emergencial, de modo que seja mantido o uso seguro da edificação, evitando grandes prejuízos e riscos ao patrimônio e, por conseguinte e principalmente, aos seus usuários. Deste modo, com a eventual contratação destes serviços evita-se uma diminuição drástica na vida útil das referidas edificações, mantendo-se condições seguras para a continuidade das atividades para as quais se destinam. O não atendimento à demanda tende a acarretar anomalias das mais variadas nas instalações, podendo acarretar danos materiais, deterioração e diminuição da vida útil das edificações.

O objetivo principal é o registro de preços para eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a manutenção preventiva e corretiva nos bens imóveis, em especial nos serviços de:

- Instalação de vidros comuns;
- Manutenção de Extintores de Água Pressurizada e Pó Químico;
- Prestação de Serviços Especializados em Coleta de Resíduos;
- Instalação de película de proteção solar;
- Instalação e manutenção de persianas.
- Contratação de empresa de limpeza de reservatórios d'água.

Os serviços supracitados são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação do parágrafo único, do art. 6º, inciso XIII – Lei 14133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	2º Ten Pacheco

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que os serviços atendam às necessidades da contratação, eles deverão guardar compatibilidade com o descritivo dos itens a serem indicados no referido Edital, não sendo admitidas, nem aceitas, ofertas de itens com especificações divergentes das originalmente solicitadas. As futuras e eventuais contratações decorrentes do registro de preços também exigirão que a empresa contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010. A empresa vencedora deverá responder, por todos os seus empregados, bem como pelas despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser exigidas pelo Governo, conforme Legislação vigente. Tais encargos deverão estar inseridos dentro dos valores propostos. O emprego de materiais e de mão de obra necessários à execução dos serviços e/ou instalação dos equipamentos deverá correr sob total responsabilidade da contratada, devendo a mesma entregar os serviços dentro dos prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Os serviços previstos devem ser executados por empresa(s) especializada(s) em cada um dos diferentes itens, pois o objetivo da contratação é garantir que haja um bom nível de capacitação e experiência da equipe nas diferentes áreas de atuação, que tenham habilidade de adaptar os serviços e materiais de acordo com as solicitações e necessidades das OM e que os serviços sejam executados em conformidade com as normas regulamentadoras do setor. O objetivo da exigência anterior busca evitar prejuízos, tais como utilização de materiais ou equipamentos inadequados, orçamentos imprecisos, manutenção incorreta, danos à estrutura dos prédios, ocorrências de acidentes e desvalorização do patrimônio. A licitação deverá ser realizada na modalidade pregão eletrônico, para registro de preços e o critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item. O registro de preços deverá ter validade de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado. Para fins de habilitação, na fase adequada da licitação, a licitante deverá comprovar cumprir os seguintes requisitos: Possuir aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação por período não inferior a 3 (três) anos, por meio da apresentação de atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para atender o período exigido no subitem acima, será admitido o somatório de Atestados; Os atestados deverão referir-se a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato; Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; Os atestados podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante; O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços. O (s) atestado(s) deverá(ão) apresentar as seguintes características mínimas: 1. Nome completo da empresa contratada (razão social), acompanhada de seu CNPJ e registro no CREA ou CAU; 2. Nome do profissional responsável, acompanhado do seu CPF e registro no CREA ou CAU; 3. Nome completo do órgão ou empresa que contratante, acompanhada de seu CNPJ, identificação do responsável pelo atestado e sua assinatura; 4. Descrição completa do(s) serviço(s) realizado(s); 5. Indicação do contrato ao qual se vincula.

Apresentar Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica válida e emitida pelo CREA ou CAU em nome da empresa licitante; Indicar ao menos um responsável técnico, com habilitação e competência, para acompanhar a execução dos serviços, no qual deverão constar os seus dados mínimos necessários, tais como: nome completo, CPF, número do documento de identidade e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado, obrigatória por ocasião da licitação; Apresentar Certidão(ões) de Registro e Quitação de Pessoa Física válida(s) e emitida(s) pelo CREA ou CAU em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em decorrência do item anterior. Comprovar a capacitação técnico-profissional do(s) profissional(ais) indicado(s) anteriormente, mediante apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber: Para o Engenheiro Civil, Arquiteto ou profissional habilitado: serviços de reforma e manutenção predial. A exigência de que os documentos citados no item imediatamente anterior sejam registrados no CREA ou CAU, só se dará em momento anterior à assinatura do contrato, em consonância com a Súmula 272/2012 – TCU/Plenário. Comprovar que o(s) responsável(eis) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica acima elencados pertençam ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor desta licitação. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata os itens anteriores poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. Quanto aos requisitos temporais, os serviços devem ser executados dentro do horário de expediente interno do órgão contratante, mediante agendamento junto ao setor responsável, a ser designado no termo de contrato No que se refere aos requisitos de entrega: Reserva-se o direito de não serem recebidos os serviços prestados e entregues caso não estejam de acordo com as exigências editalícias e/ou não apresentem o nível de qualidade previsto. A conferência deverá ser realizada por servidor(es) designado(s) para a fiscalização.

SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES

O serviço de recarga de extintores de incêndio deve ser realizado anualmente conforme prazo de validade expresso nos cilindros e por determinação da Norma Brasileira – NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e pelo Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, instituído pela PORTARIA nº 58, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 do INMETRO.

Esses serviços se caracterizam como de natureza continuada, haja vista que são serviços auxiliares e necessários à administração no desempenho de suas atribuições, que se interrompidos podem comprometer a continuidade de suas atividades. A falta desses serviços podem acarretar um agravamento de um incidente ou acidente proporcionando vários tipos de perdas relacionadas direta e indiretamente ao desenvolvimento das atividades da Instituição. Por se tratar de serviço comum, a contratação será feita através de pregão eletrônico SRP, de pessoa jurídica especializada em recarga e manutenção de 2º e 3º nível em extintores de incêndio, incluindo a substituição de peças quando necessário, em conformidade com a Lei 14133 de 01 de abril de 2021.

LIMPEZA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza de reservatório de água para atender a demanda do 3º Regimento de Carros de Combate. O presente estudo preliminar tem como propósito estudar a melhor solução para a realização da limpeza dos reservatórios de água desta Organização Militar. A limpeza do reservatório de água da unidade, se faz necessária devido a manter a qualidade da água oferecida para as diversas finalidades dentro da Organização Militar, haja vista que a qualidade da água tem relação direta com a não proliferação de doenças dentro da OM. Assim, a contratação de uma solução para a prestação de serviços de limpeza de reservatório de água é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades do mesmo.

Tal atividade tem como objetivo deixar os ambientes mais limpos e saudáveis, proporcionando ao público interno condições mínimas de higiene e conforto. Os requisitos indispensáveis para contratação de empresa para serviços de coleta, armazenamento, transporte e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos que o 3º Regimento de Carros de Combate - deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.3.1. Utilizou-se o 'GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - 3ª EDIÇÃO ABR/2020' (<https://antigo.agu.gov.br/page/download/index/id/38813350>), e considerando o tipo de serviço a ser contratado, é possível incluir critérios e práticas de sustentabilidade como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. As contratações sustentáveis são uma política pública socioambiental e, como toda política transversal, articula-se com outras, procurando fortalecê-las e conferir-lhes efetividade. É o que ocorre, no que for pertinente, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), a Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal (Decreto nº 5.940, de 2006), o incentivo às micro e pequenas empresas e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 3.298, de 1999). Lei nº 11.445, de 2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico).

5.1.3.3. RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS

Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

Decreto nº 7.404/2010 (Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010)

Decreto nº 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.)

EM QUALQUER CASO:

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.”

5.1.3.4. RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – Resíduos perigosos

Decreto nº 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.) Decreto nº 7.404/2010 (Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010)

Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTFAPP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTFAIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.)

EM QUALQUER CASO:

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

- a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
- a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.
- b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:
 - b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
 - b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
 - b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.”

5.1.3.5. CONSTRUÇÃO CIVIL – Resíduos

7 de 17 Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil) (com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431, de 24/05/2011, nº 448, de 18/01/2012 e 469/2015)

Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)

NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

LÂMPADAS FLUORESCENTES -

Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos Decreto nº 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.) Resolução CONMETRO nº 01, de 05/07/2016 (Dispõe sobre a anuência nas importações de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes)

EM QUALQUER CASO:

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 2º do Decreto nº 9.177/2017, e legislação correlata.”

- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

5.1.3.7. ÓLEO LUBRIFICANTE

Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos Decreto 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.) Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.) Resolução nº 804, de 2019 da ANP, (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

EM QUALQUER CASO:

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº362, de 23/06/2005, e legislação correlata; c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

5. Levantamento de Mercado

Foram consideradas contratações similares de outros órgãos Federais, para definir o tipo e as especificações dos materiais a serem adquiridos de acordo com as atividades previstas para o exercício financeiro atual.

Como forma de trazer o preço o mais próximo da realidade, ressalta-se que foram excluídos os preços inexequíveis, os preços acima do preço de mercado, os valores em que o objeto divergia do solicitado, assim como foi feita a mediana entre os preços encontrados de site comprasgovernamentais.gov.br.

Logo, a contratação do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. Descrição da solução como um todo

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação mediante Sistema de Registro de Preços, tendo em vista a impossibilidade de definir previamente a demanda exata dos itens de manutenção para atendimento das necessidades do 3º Regimento de Carros de Combate. Os itens deverão ser mantidos com base nos parâmetros mínimos a serem estabelecidos discriminadamente no Termo de Referência

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
1	Manutenção Extintor água pressurizada (A) 10L – Manutenção 2º e 3º nível com troca de agente extintor	3662	UN	50

	(recarga), teste hidrostático, pintura do cilindro e substituição de peças (troca de mangueiras, indicador de pressão, molas, tubos e sifões, válvulas, vedações)			
2	Manutenção Extintor pó químico BC 12 Kg – Manutenção 2º e 3º nível com troca de agente extintor (recarga), teste hidrostático, pintura do cilindro e substituição de peças (troca de mangueiras, indicador de pressão, molas, tubos e sifões, válvulas, vedações)	3662	UN	30
3	Manutenção Extintor pó químico BC 6 Kg – Manutenção 2º e 3º nível com troca de agente extintor (recarga), teste hidrostático, pintura do cilindro e substituição de peças (troca de mangueiras, indicador de pressão, molas, tubos e sifões, válvulas, vedações)	3662	UN	25
4	Manutenção Extintor pó químico ABC 6 Kg – Manutenção 2º e 3º nível com troca de agente extintor (recarga), teste hidrostático, pintura do cilindro e substituição de peças (troca de mangueiras, indicador de pressão, molas, tubos e sifões, válvulas, vedações)	3662	UN	42
5	Manutenção Extintor pó químico BC 4 Kg – Manutenção 2º e 3º nível com troca de agente extintor (recarga), teste hidrostático, pintura do cilindro e substituição de peças (troca de mangueiras, indicador de pressão, molas, tubos e sifões, válvulas, vedações)	3662	UN	20
6	Ensaio hidrostático sob demanda em mangueiras de combate a incêndio 1.1/2’’	3662	UN	20
7	Prestação de serviço especializado para coleta, transporte armazenamento/ transbordo, descaracterização e destinação de resíduos do tipo lâmpadas inservíveis (inteiras) – tipo fluorescente, vapor de mercúrio, vapor de sódio, vapor metálico e Leds. Classe I	24708	UN	2000
8	Prestação de serviço especializado para coleta, transporte armazenamento/ transbordo, descaracterização e destinação de resíduos do tipo Lâmpadas Inservíveis (quebradas) - tipo fluorescente, vapor de mercúrio, vapor de sódio, vapor metálico e Leds. Classe I	24708	KG	10
9	Prestação de serviço especializado para coleta, transporte armazenamento/ transbordo, descaracterização e destinação de resíduos do tipo “eletroeletrônico” Classes I e II, seguindo as seguintes considerações: -O armazenamento até a coleta será de responsabilidade da contratante, em instalações adequadas, fechada e com segurança; -A coleta e o transporte devem ser feitos por veículos adequados, sob a responsabilidade da contratada; -A descaracterização (se necessária) e reciclagem dos materiais e a disposição final, serão de responsabilidade da contratada; -Os resíduos deverão ser coletados 01 (uma) vez por trimestre em pontos determinados pelo 3º RCC, durante 12 meses; Totalizando 4 coletas durante 12 meses.	24708	UN	1
10	Prestação de serviço especializado para coleta, transporte armazenamento/ transbordo, descaracterização e destinação de resíduos do tipo toner usado ou inservível Classe I, seguindo as seguintes considerações: -Os resíduos deverão ser coletados 02 (duas) vezes por ano em pontos determinados pelo 3º RCC, durante 12 meses; toners usados. Totalizando 2 coleta durante 12 meses	24708	UN	1
11	Prestação de serviço especializado para coleta, transporte armazenamento/ transbordo, descaracterização e destinação de resíduos do tipo pilhas e baterias usadas ou inservíveis Classe I, seguindo as seguintes considerações: -Os resíduos deverão ser coletados 01 (uma) vez por ano em pontos determinados pelo 3º RCC, durante 12 meses;	24708	UN	1

12	Contratação de empresa para prestação de serviços para fornecimento de materiais, insumos e serviços inerentes ao desempenho de atividade relativa ao monitoramento e controle do tratamento de água para o consumo humano, de acordo com a legislação vigente, especialmente a portaria do ministério da saúde no 888 de 04/05/2021.	14150	Unidade	22
13	Limpeza e higienização de reservatórios d'água incluindo mão de obra, materiais e produtos para limpeza, obedecendo a legislação da ANVISA e registro no MS, com fornecimento de laudo indicando método e produtos utilizados. Registro fotográfico de “antes e depois” da limpeza. Deverá ser pré-agendada, prevista para ser executada ao fim de semana. Deverá ser realizada análise físico química (cloro residual) e microbiológica, seguindo o padrão de qualidade previsto na Portaria de Consolidação no 05/2017 do Ministério da Saúde, atualizada pela Portaria no 888/21, sendo que a coleta deverá ser realizada de 4 a 6 dias após o procedimento de higienização. O resultado deve se entregue em no máximo 1 mês após a coleta. Cada reservatório d'água possui o volume de 80.000L, fabricados em alvenaria.	13595	Unidade	6
14	Limpeza e higienização de 01 (um) reservatório d'água incluindo mão de obra, materiais e produtos para limpeza, obedecendo a legislação da ANVISA e registro no MS, com fornecimento de laudo indicando método e produtos utilizados. Registro fotográfico de “antes e depois” da limpeza. Deverá ser pré-agendada, prevista para ser executada ao fim de semana. Deverá ser realizada análise físico química (cloro residual) e microbiológica, seguindo o padrão de qualidade previsto na Portaria de Consolidação no 05/2017 do Ministério da Saúde, atualizada pela Portaria no 888/21, sendo que a coleta deverá ser realizada de 4 a 6 dias após o procedimento de higienização. O resultado deve se entregue em no máximo 1 mês após a coleta. Cada caixa d'água possui o volume de 10.000L, fabricadas em aço.	13595	Unidade	3
15	Serviço de instalação de Película filtro solar, com fornecimento do material: PELÍCULA AUTO-ADESIVA de Controle Solar e Visual, filme de múltiplas camadas, tipo INSULFILM em poliéster linha arquitetural, visibilidade G5.	5584	M²	300
16	Instalação e fornecimento de persiana vertical nova, de 1º uso, sob medida, constituída em PVC liso, com lâminas giratórias e retráteis de aproximadamente 89mm de largura, sobreposição mínima das lâminas de 12mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação, na cor creme, comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, trilho em alumínio anodizado na cor natural e corrente de base metálica, com fornecimento de mão de obra para instalação.	25321	M²	300
17	Contratação de empresa especializada na coleta, identificação, classificação, segregação, acondicionamento com fornecimento de recipientes de armazenagem, tratamento, destinação final e emissão de certificação de destinação final de resíduos, conforme legislação vigente, dentre eles: REMOÇÃO E TRANSPORTE DE ENTULHO	14265	M³	15
18	Manutenção de bebedouro de água 110/220v, capacidade entre 100 a 150 L: troca de filtro e limpeza e higienização do reservatório de água.	3506	Unidade	12
19	Manutenção de bebedouro de água 110/220v, capacidade de 200 L: troca de filtro e limpeza e higienização do reservatório de água.	3506	Unidade	12
20	Manutenção de bebedouro de água 110/220v, capacidade entre 100 a 150 L: recarga de gás.	3506	Unidade	12
21	Manutenção de bebedouro de água 110/220v, capacidade de 200 L: recarga de gás.	3506	Unidade	12

22	Fornecimento e Instalação de Vidro Liso Incolor (3mm a 5mm): Este serviço compreende o fornecimento do material, mão de obra especializada e todos os insumos necessários para a instalação de vidros lisos incolor, com espessuras variando entre 3mm e 5mm, em esquadrias (portas, janelas, painéis fixos) de alumínio, PVC ou madeira, conforme especificações do local. Todos os procedimentos de instalação e manuseio seguirão as diretrizes das normas técnicas brasileiras aplicáveis, em especial a <u>NBR 7199</u> (Utilização de Vidros na Construção Civil), visando a segurança e durabilidade. Insumos necessários para a fixação e vedação, incluindo, mas não se limitando a: baguetes (alumínio/PVC), calços de borracha, silicone, massa de vidraceiro e parafusos, se aplicável.	5800	M²	500
----	---	------	----	-----

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 277.261,76

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

1. Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;
O custo estimada da contratação é de R\$ 296.621,76 (duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos), e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais anexo ao presente documento. Da metodologia aplicada a política de preços: De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preço.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou email, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, o inciso I, II, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste estudo preliminar e no termo de referência quanto às especificações do objeto.

As aquisições serão realizadas de acordo com os recursos orçamentários disponíveis; Desta forma, a administração consegue obter menores preços para cada um dos itens, acarretando uma economia de recursos para a União.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Devido a demandas imprevistas que surgiram após a elaboração do plano de contratação anual do ano passado, tornou-se necessário o processo licitatório afim de contratar serviços adicionais que não estavam originalmente previstos. Essas demandas incluem:

1. **Necessidades Operacionais Emergentes:** Houve um aumento inesperado na carga de trabalho e complexidade de projetos em andamento, exigindo suporte especializado para garantir a continuidade e a qualidade das operações.
2. **Mudanças Regulatórias:** Novas regulamentações e diretrizes impostas por órgãos governamentais ou reguladores exigiram a adaptação rápida de processos e sistemas, necessitando a contratação de consultorias ou serviços especializados para conformidade legal.
3. **Inovação e Melhoria Contínua:** Identificamos oportunidades significativas para a implementação de melhorias tecnológicas e operacionais que não estavam previstas inicialmente, mas que são essenciais para a competitividade e eficiência da organização.
4. **Resposta a Crises ou Contingências:** Eventos imprevistos, como crises econômicas, desastres naturais, ou outros incidentes, demandaram ações imediatas e especializadas que não puderam ser planejadas com antecedência.

Dada a importância dessas necessidades emergentes para a continuidade dos negócios e a adaptação rápida às novas circunstâncias, a contratação dos serviços adicionais fora do plano anual é justificada e essencial para garantir a sustentabilidade e o sucesso das operações da organização.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Deseja-se que com a execução dos referidos serviços, sanar problemas referentes aos mesmos, de tal maneira que torne possível a execução das tarefas diárias, bem como a qualidade de trabalho, concernentes de cada setor requerente. Esta IRP visa atender as necessidade levantadas nos diversos setores do 3º Regimento de Carros de Combate. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

A Organização Militar já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela Contratada, não havendo, portanto, necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para se evitar possíveis impactos ambientais, a empresa contratada deverá adotar medidas de sustentabilidade, tais como:

- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Usar produtos de limpeza que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Prever a destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- Quando houver necessidade de reposição de gás, deverão ser utilizados equipamentos apropriados de coleta, transferência e armazenamento previstos na Resolução CONAMA nº 340/2003, ou outra que vier a substituí-la;
- Quando do fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá adotar o disposto no Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01/2010 que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, a qual preconiza: que os bens sejam construídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09 /2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
3. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

1. Descrição da Necessidade

A presente Justificativa de Necessidade tem por objeto demonstrar a imprescindibilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de conservação, higienização, limpeza predial e manutenção de áreas externas nas dependências do 3º Regimento de Carros de Combate

Atualmente, a complexidade/extensão da área demanda uma equipe especializada para executar a totalidade dos serviços necessários nessa Unidade. A ausência ou a prestação inadequada desses serviços gera os seguintes problemas sob a perspectiva do interesse público:

- **Comprometimento da Saúde e Higiene:** Risco de proliferação de doenças e insalubridade nos ambientes de trabalho (alojamentos, refeitórios, escritórios, banheiros), afetando diretamente a saúde e o bem-estar da tropa e do público externo.
- **Deterioração do Patrimônio Público:** A falta de manutenção e limpeza adequadas pode acelerar a degradação das instalações, equipamentos e materiais, resultando em custos de reparação mais elevados a longo prazo.
- **Prejuízo à Imagem Institucional:** Instalações mal conservadas impactam negativamente a percepção de disciplina, zelo e profissionalismo esperados de uma organização militar.

2. Interesse Público e Benefícios Esperados

A contratação proposta visa atender ao interesse público, garantindo que as atividades principais do Quartel sejam executadas em um ambiente seguro, salubre e adequado. Os benefícios esperados incluem:

- **Manutenção da salubridade** e condições dignas de trabalho e moradia para os militares e civis que frequentam as dependências.
- **Preservação do patrimônio** material da União.
- **Otimização dos recursos humanos**, permitindo que o efetivo militar se dedique integralmente às suas funções operacionais e estratégicas.
- **Garantia da continuidade dos serviços** essenciais, que são de natureza contínua e indispensável.

3. Requisitos da Contratação e Especificações

O serviço a ser contratado é de **natureza contínua**, com dedicação exclusiva de mão de obra por parte da empresa contratada, que deverá fornecer os profissionais, materiais, equipamentos e supervisão necessários.

A contratação não gerará vínculo empregatício entre os funcionários da empresa e a Administração Pública, conforme previsto na legislação vigente.

Os padrões mínimos de qualidade, a frequência dos serviços, as áreas a serem abrangidas e os critérios de sustentabilidade estão detalhados no anexo Termo de Referência (TR).

4. Inexistência de Pessoal no Quadro Interno

Declaro, para os devidos fins, que o 3º RCC não dispõe de servidores ou militares em número e qualificação suficientes para a execução eficiente e integral dos serviços de serviços gerais e conservação, sendo inviável a realização destes por meios próprios, sem prejuízo às atividades essenciais da Unidade.

5. Fundamento Legal e Modalidade

A contratação dos serviços de limpeza e conservação é considerada um **serviço comum**, cuja licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade **Pregão Eletrônico**. O procedimento licitatório observará as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos para a Administração Pública.

6. Cronograma e Vigência

A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

7. Conclusão

Diante do exposto, justifica-se plenamente a necessidade da contratação externa dos serviços gerais para garantir o pleno funcionamento das atividades do 3º Regimento de Carros de Combate, assegurando a eficiência, a salubridade e a preservação do patrimônio público

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL BAPTISTA PACHECO

Agente de contratação